



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Resultado das eleições e dados de inflação movimentam a semana no Brasil. Nos EUA, atenção para a Ata do Fed

- **Mercados devem mostrar forte reação aos resultados do 1º turno das eleições.** O resultado do pleito surpreendeu, ao mostrar que o candidato Flávio Bolsonaro (PL) obteve o maior número de votos (47%), diferente do apontado pelas principais pesquisas, que indicavam o atual presidente Lula (PT) em primeiro lugar. Lula, por sua vez, ficou com 45,1% dos votos válidos. Além disso, os partidos do campo da direita, sobretudo o PL, registraram votação expressiva para o Congresso (Câmara e Senado), conquistando o maior número de cadeiras.
- **Na agenda de indicadores, o IBGE divulga o resultado do IPCA de setembro na sexta-feira (9), que deve voltar a se aproximar do teto da meta.** O consenso do mercado estima alta de 0,76% no período, pressionada pela tarifa de energia elétrica (devolução do Bônus de Itaipu), pelos preços dos alimentos e pelas passagens aéreas. Com isso, no acumulado de 12 meses, o índice deve subir de 4,22% para 4,50%. Mais importante, contudo, será a evolução das principais medidas de núcleo, sobretudo serviços, em um quadro de incerteza sobre a próxima decisão do Copom (dias 3 e 4 de novembro), para a qual a maioria dos economistas ainda prevê novo corte de 0,25 p.p.
- **Ainda no âmbito da inflação, o IGP-DI deve mostrar intensificação das pressões no atacado.** A FGV publica o indicador na quarta (7), e a expectativa do mercado é de alta de 1,51%, superior à de agosto (0,06%). A aceleração deve se concentrar nos preços agropecuários no atacado (IPA), como soja e milho, diante da piora das condições climáticas associadas ao *El Niño* e de seus efeitos sobre a safra no Brasil e em outros produtores relevantes. A carne também deve subir, pressionada pelo custo dos insumos e pela oferta restrita. O resultado tende a reforçar a expectativa de alta dos alimentos ao consumidor nos próximos meses. No acumulado de 12 meses, o IGP-DI deve acelerar para 3,81% (ante 2,63%).
- **No setor externo, a balança comercial vai mostrar novo resultado positivo em setembro.** A expectativa do mercado é de superávit de US\$ 7,2 bi no mês, mais do que o dobro do registrado em set/25 (US\$ 3,1 bi). As exportações devem crescer de forma expressiva, impulsionadas pelas vendas de petróleo bruto, combustíveis e soja, enquanto as importações devem ter alta mais contida, refletindo a desaceleração da atividade doméstica. Caso se confirme, o superávit atingirá US\$ 62,5 bi no acumulado do ano e US\$ 84,3 bi em 12 meses, maior patamar em dois anos. O resultado será divulgado pela Secex/Mdic na terça (6).
- **Nos EUA, o Fed divulga na quarta-feira (7) a Ata da reunião de setembro, quando elevou os juros por unanimidade em 0,25 p.p., para o intervalo entre 3,75% e 4,00% a.a.** A atenção dos agentes deve se concentrar na avaliação dos dirigentes sobre a conjuntura, especialmente sobre a persistência das pressões inflacionárias e a necessidade de novos ajustes. As projeções divulgadas no encontro reforçaram o viés de alta, com a maioria dos dirigentes indicando nova elevação de 0,25 p.p. até dezembro. Assim, a Ata será importante para avaliar o grau de consenso em torno dessa trajetória e as condições que levariam o Fed a subir os juros ou mantê-los estáveis na reunião de outubro (dia 28).
- **Ainda na semana, também serão conhecidos indicadores antecedentes da atividade (PMIs) nos EUA e na Zona do Euro.** Nos EUA, sai hoje (5) pela manhã a leitura final do PMI de serviços de setembro, que deve reforçar os sinais de atividade aquecida no 3T26, em meio aos maciços investimentos em inteligência artificial no país. Na Zona do Euro, foi divulgado mais cedo o PMI de serviços, que também indicou atividade mais forte do setor na região.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
06/out	Secex: Balança Comercial	Set/26	US\$ 7,2 bi	US\$ 7,4 bi
07/out	Anfavea: Produção de Veículos	Set/26	-	9,4% a/a
07/out	FGV: IGP-DI	Set/26	1,51% m/m 3,81% a/a	0,06% m/m 2,63% a/a
09/out	IBGE: IPCA	Set/26	0,76% m/m 4,50% a/a	-0,32% m/m 4,22% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
05/out	Zona do Euro	PMI Serviços	Set/26 - final	53,0 pts	51,6 pts
05/out	Zona do Euro	Inflação ao Produtor (PPI)	Ago/26	1,9% m/m 7,6% a/a	1,6% m/m 5,8% a/a
05/out	EUA	ISM / PMI Serviços	Set/26 - final	55,0 pts / 58,7 pts	55,4 pts / 56,5 pts
06/out	Zona do Euro	Vendas no varejo	Ago/26	0,2% m/m	-0,6% m/m
07/out	EUA	Ata do Fed	16/set	-	-
07/out	EUA	Crédito ao Consumidor	Ago/26	US\$ 15,0 bi	US\$ 18,1 bi
08/out	EUA	Estoques no atacado	Ago/26	0,7% m/m	1,3% m/m
09/out	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Out/26 - prévia	47,7 pts	48,1 pts

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Indústria volta a mostrar números fracos, mas emprego traz sinais de resiliência

A produção industrial recuou 0,6% em agosto, abaixo da expectativa do mercado (+0,1%), reforçando os sinais de perda de dinamismo da atividade no 3T26. Além disso, o resultado de julho foi revisado ligeiramente para baixo, de alta de 0,2% para 0,1%. Na comparação com ago/25, a produção caiu 1,2%, enquanto, no acumulado de 12 meses, o setor ainda registra expansão de 0,6%.

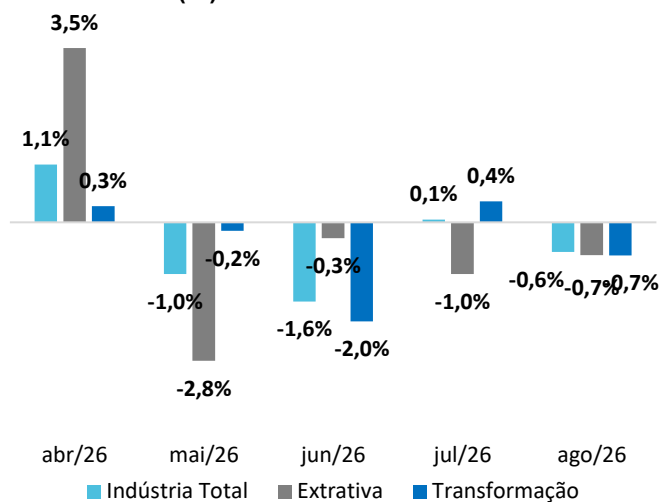
O resultado negativo foi disseminado entre os principais segmentos. A indústria extrativa recuou 0,7% no mês, na quarta queda consecutiva, o que revela perda de dinamismo do segmento que havia sustentado parcela relevante do crescimento industrial no início do ano. Ainda assim, o recuo parte de um patamar elevado, dado que o segmento registra crescimento de 6,1% no acumulado do ano. Na mesma direção, a indústria de transformação caiu 0,7% em agosto, revertendo a alta de 0,4% observada em julho.

No total, apenas 9 das 25 atividades pesquisadas registraram crescimento no mês, indicando baixa difusão dos resultados positivos. As principais altas vieram de produtos alimentícios (+1,0%), produtos químicos (+0,9%) e bebidas (+0,8%). Em sentido oposto, recuaram as produções de máquinas e equipamentos (-1,0%), veículos (-0,4%) e derivados de petróleo (-0,4%).

A abertura por grandes categorias econômicas também mostrou retração disseminada. A produção de bens de consumo caiu 1,5%, refletindo os recuos dos semiduráveis e não duráveis (-1,7%) e dos duráveis (-1,0%). Os bens de capital recuaram 0,6%, enquanto os bens intermediários tiveram queda mais moderada, de 0,2%. No acumulado de 12 meses, os intermediários, categoria de maior peso na produção industrial, seguem em terreno positivo, mas com algum arrefecimento (de 1,5% em dez/25 para 1,1% em agosto). Já os bens de capital mostram forte retração (-5,0%).

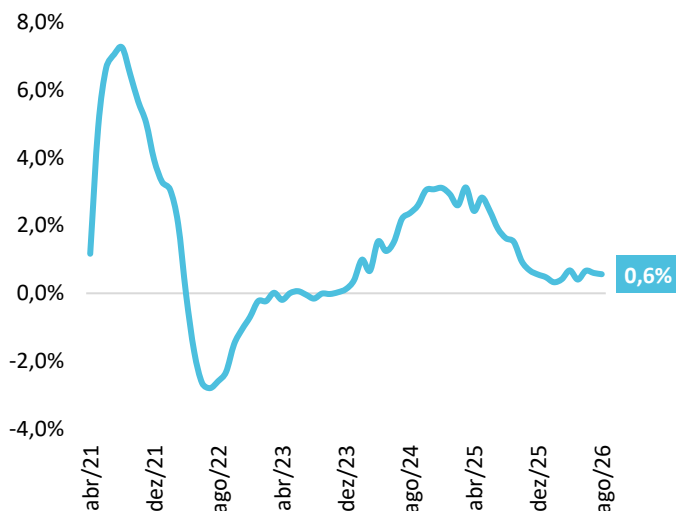
De forma geral, o resultado de agosto reforça a perspectiva de desempenho mais fraco da indústria e da atividade econômica no 3T26. O carregamento estatístico para o trimestre ficou negativo em 1,7% e está positivo em apenas 0,4% para 2026. Nesse contexto, a manutenção da política monetária em terreno restritivo deve continuar limitando os segmentos mais sensíveis à demanda doméstica, enquanto a perda de fôlego da indústria extrativa na margem reduz o suporte que o segmento vinha oferecendo à produção industrial.

Quadro 1: Produção Industrial por Sessão
Var (%) mensal dessazonalizada



Fonte: IBGE

Quadro 2: Produção Industrial
Var % acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Os dados da Pnad Contínua e do Caged referentes a agosto mostraram que o mercado de trabalho permanece resiliente, com baixo desemprego e continuidade dos ganhos reais de renda, embora a geração de vagas formais siga em trajetória de moderação. Esse movimento tem caracterizado o segmento ao longo de 2026, com a taxa de desemprego oscilando entre 5,4% e 5,5% na série com ajuste sazonal. No mercado formal, a redução do ritmo de contratações ocorre em um contexto de desaceleração da atividade econômica e elevado nível da ocupação, fatores que tendem a limitar a criação líquida de novos postos.

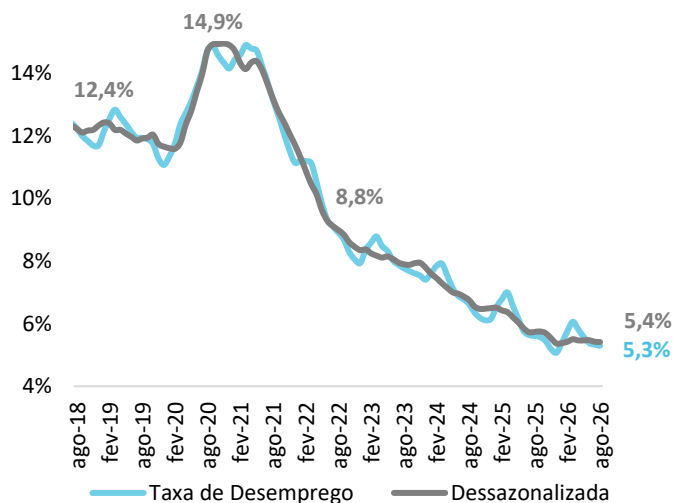
Segundo a Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE, a taxa de desemprego ficou em 5,3% no trimestre móvel encerrado em ago/26, ante 5,6% no período encerrado em mai/26. Na série com ajuste sazonal, o indicador permaneceu praticamente estável, passando de 5,5% para 5,4%. A taxa de participação também mostrou estabilidade no período, em 62,2%. A população ocupada alcançou 103,5 milhões de pessoas, enquanto o contingente de desocupados ficou em 5,8 milhões.

Já os indicadores de renda voltaram a apresentar crescimento. A massa salarial avançou 1,4% em relação ao trimestre móvel encerrado em mai/26 e 4,8% ante ago/25. O rendimento médio real chegou a R\$ 3.777, com avanço de 0,7% no trimestre e de 3,7% na comparação interanual. O resultado interrompeu uma sequência de três leituras de queda do rendimento na comparação trimestral.

Por posição na ocupação, o rendimento dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado avançou 0,2% no trimestre e 2,4% ante ago/25, ainda indicando alguma acomodação na comparação interanual, após alta de 3,0% em maio nessa comparação. Entre os trabalhadores informais, houve queda de 1,4% no trimestre, enquanto o crescimento em 12 meses ficou em 1,6%. Já os trabalhadores por conta própria registraram aceleração da renda, com alta interanual de 5,3% (ante 4,4% em maio).

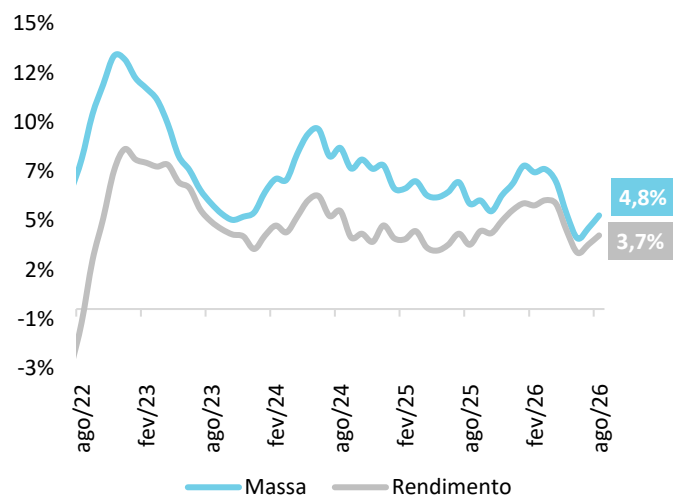
No mercado formal, o Caged registrou criação líquida de 165,8 mil vagas em agosto, acima da expectativa de 103,6 mil. Apesar da surpresa, os dados seguem indicando perda gradual de dinamismo das contratações. No acumulado do ano, foram criadas 1,1 milhão de vagas, ante 1,5 milhão no mesmo período de 2025. Em 12 meses, a geração é de 890 mil vagas, ante 1,4 milhão no período encerrado em ago/25. Os salários de admissão ficaram estáveis no mês e apresentaram crescimento real de 1,0% ante ago/25, reforçando os sinais de moderação também na dimensão da renda.

Quadro 3: Taxa de Desemprego Original e com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE e Febraban

Quadro 4: Rendimento médio e massa salarial Var.% real anual



Fonte: IBGE

Em síntese, o mercado de trabalho permanece resiliente diante da desaceleração da atividade econômica, com desemprego em patamar baixo e continuidade do crescimento real dos rendimentos e da massa salarial. Por outro lado, a menor geração de vagas formais e a moderação dos salários de admissão apontam para uma acomodação gradual do segmento. Ainda assim, os ganhos de renda seguem acima do crescimento da produtividade e da atividade, o que sustenta o consumo das famílias, mas também mantém o mercado de trabalho como fonte relevante de pressão sobre a inflação.

Os dados do Banco Central mostraram que o Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R\$ 10,0 bilhões em ago/26, inferior ao de ago/25 (R\$ 17,3 bi). O Governo Central permaneceu deficitário (R\$ 14,7 bi), enquanto os governos regionais apresentaram superávit de R\$ 2,7 bilhões, após três meses de resultados negativos, revertendo o déficit de R\$ 1,3 bi de ago/25. No acumulado de 12 meses, o déficit primário do setor público atingiu R\$ 82,1 bilhões (0,62% do PIB).

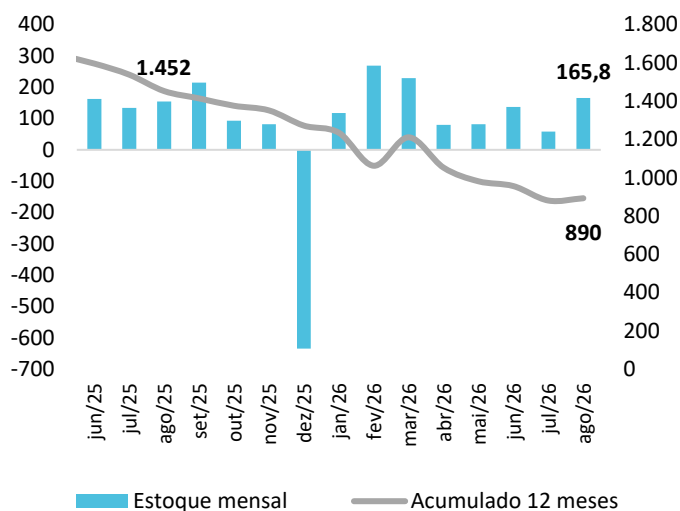
O resultado nominal ficou negativo em R\$ 115,9 bilhões no mês, refletindo despesas com juros de R\$ 105,9 bilhões. Em 12 meses, o déficit nominal acumulou R\$ 1,26 trilhão (9,5% do PIB), acima do registrado em julho (R\$ 1,24 tri, ou 9,4% do PIB). Nesse contexto, a Dívida Bruta do Governo Geral seguiu em alta, atingindo 82,9% do PIB, ante 82,6% em julho e 78,6% em dez/25.

O Tesouro Nacional, por sua vez, informou que o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto (diferença em relação ao BC decorre da metodologia de apuração). O resultado ficou ligeiramente melhor que a expectativa (R\$ 15,6 bilhões) e que o observado em ago/25 (R\$ 15,5 bilhões). Em 12 meses, o déficit atingiu R\$ 70,7 bilhões (0,5% do PIB), ante R\$ 30,4 bilhões (0,2% do PIB) no período encerrado em ago/25.

A receita líquida do Governo Central somou R\$ 187,9 bilhões no mês, alta real de 3,5% ante ago/25, favorecida pelas receitas provenientes da exploração de recursos naturais (+33,1%). No acumulado do ano, essas receitas somam R\$ 112,0 bilhões, alta real de 18,9%. As receitas tributárias (+5,6%) e previdenciárias (+6,3%) também seguiram com alta robusta em agosto.

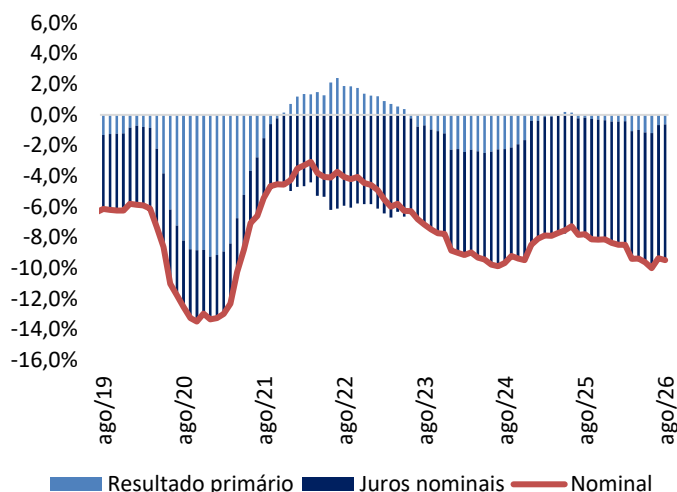
Do lado das despesas, os gastos totalizaram R\$ 201,5 bilhões em agosto, com alta real de 1,9% ante ago/25. Em 12 meses, o avanço real segue elevado, em 5,6%, influenciado, entre outros fatores, pela alteração no calendário de execução das despesas.

Quadro 5: Geração Líquida de Empregos
Em milhares



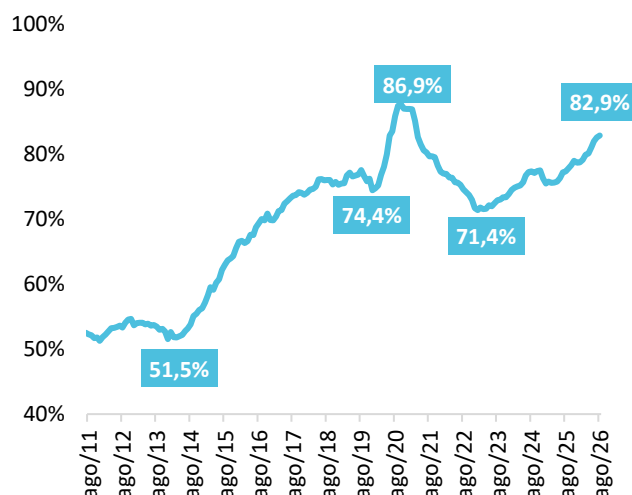
Fonte: MTE/Caged

Quadro 6: Resultado Fiscal do Setor Público
Acum. 12 meses - Em % do PIB



Fonte: Banco Central

Quadro 7: Dívida Bruta do Governo Geral
Em % do PIB

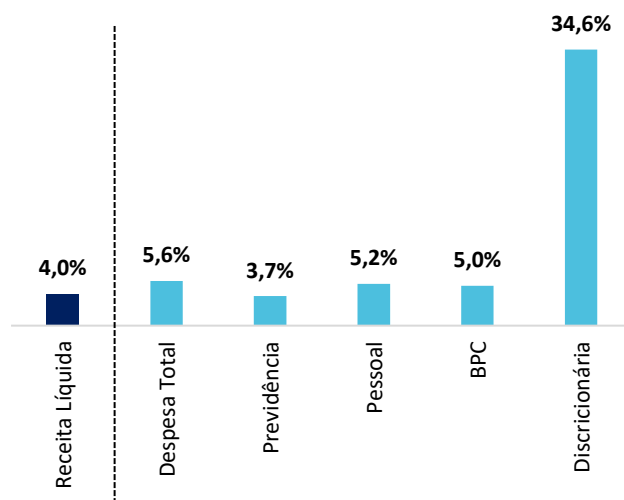


Fonte: Banco Central

De toda forma, após forte avanço no primeiro semestre, os gastos discricionários recuaram 28,1% ante ago/25, embora ainda acumulem alta de 31,8% no ano. Em sentido contrário, as despesas relacionadas ao processo eleitoral somaram R\$ 4,9 bilhões, sem equivalente em ago/25.

Em síntese, a perspectiva é de acomodação das despesas ao longo do segundo semestre, com redução do impulso fiscal em um contexto de desaceleração da atividade, que também pode afetar a arrecadação. Por ora, considerando o contingenciamento de R\$ 13,6 bilhões anunciado no último relatório bimestral, os dados não indicam risco de descumprimento da meta fiscal. Ainda assim, o aumento da parcela da dívida atrelada à Selic e o encurtamento de seus prazos reforçam a necessidade de um retorno mais rápido a resultados primários positivos. Esse movimento é essencial para estabilizar a dívida e comprimir os prêmios de risco, sobretudo em um ambiente de juros globais elevados.

Quadro 8: Demonstrativos do Governo Federal
Var (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

PCE e payroll levam mercados a precificar juros estáveis na próxima reunião do Fed

No âmbito geopolítico, a semana foi marcada pela continuidade das tensões entre EUA e Irã, com Donald Trump ameaçando retomar os ataques ao país diante da falta de avanço nas negociações. Ainda assim, o barril de petróleo (Brent) encerrou a semana ligeiramente abaixo de US\$ 100, após o anúncio de que as principais economias ocidentais (G7) farão liberação de reservas estratégicas nos próximos meses. Os juros de longo prazo, contudo, seguem pressionados, com destaque para a França, cujo spread dos títulos soberanos em relação aos alemães atingiu a máxima de 120 pontos-base, diante da polarização política que dificulta um consenso mínimo em torno de uma agenda de ajuste fiscal.

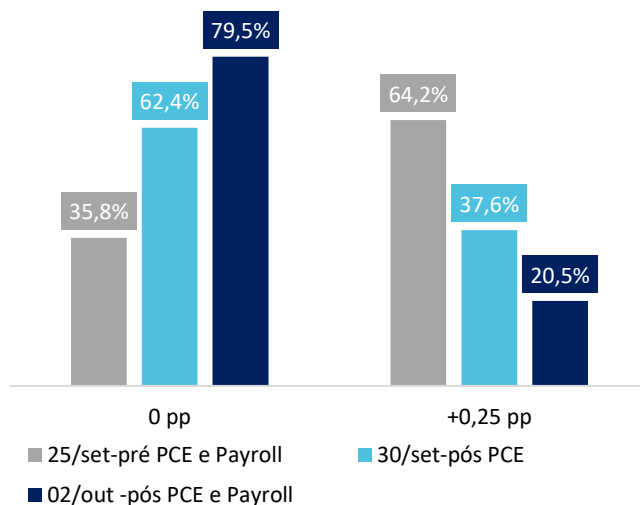
Na agenda econômica, os destaques foram os dados de inflação (PCE) e de mercado de trabalho (*payroll*) nos EUA. O PCE, métrica de preços preferida do Fed, trouxe algum alívio às preocupações inflacionárias, enquanto o *payroll* veio bem abaixo do esperado. Em conjunto, as divulgações elevaram as apostas de manutenção dos juros na próxima reunião do Fed, que atingiu 79,5% de probabilidade (ante 35,8% na semana anterior), segundo a ferramenta CME Group (Quadro 9).

O *payroll* apontou a criação de 29 mil vagas em setembro, bem abaixo do consenso (+90 mil). Adicionalmente, os resultados de julho e agosto foram revisados para baixo em 60 mil vagas. A taxa de desemprego subiu ligeiramente, de 4,1% para 4,2%, enquanto o ganho salarial anual desacelerou para 3,0%, menor patamar desde mai/21 (2,3%), reforçando os sinais de acomodação do mercado de trabalho norte-americano.

O PCE, deflator de gastos pessoais, subiu 0,3% em agosto, em linha com o esperado e puxado pela alta da gasolina. A leitura, porém, foi considerada benigna, pois uma mudança metodológica revisou para baixo os números de julho. Com isso, o índice cheio ficou estável em 3,4% em 12 meses (ante expectativa de 3,7%), e o núcleo se manteve em 3,0% (ante expectativa de 3,3%).

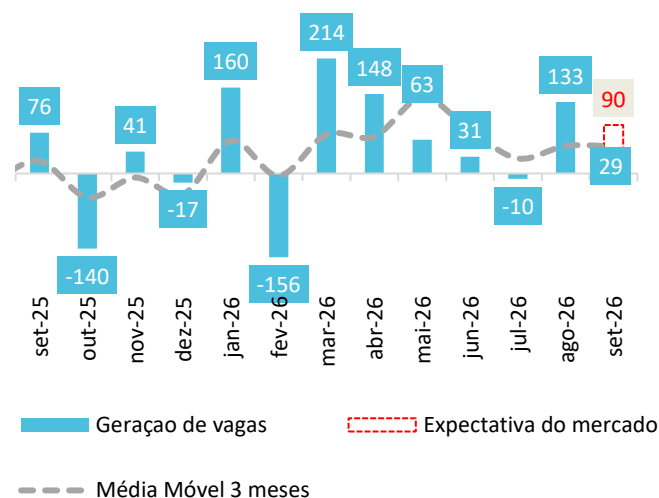
Na Zona do Euro, a prévia do CPI subiu 0,6% em setembro, maior alta mensal desde abril, com nova pressão dos preços de energia (+3,9%) e dos alimentos *in natura* (+1,3%). No acumulado de 12 meses, o índice acelerou de 3,2% para 3,8%, e o núcleo passou de 2,4% para 2,5%. O resultado reforçou a expectativa de nova alta dos juros pelo BCE em dezembro.

Quadro 9: Evolução da probabilidade sobre a decisão de juros pelo Fed na reunião de outubro



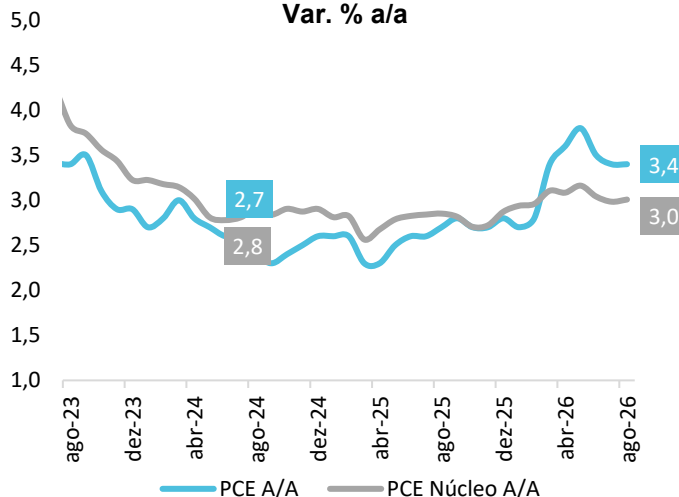
Fonte: CME Group.

Quadro 10: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA – Deflator de Gastos Pessoais (PCE) Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Expansão anual do crédito desacelera em agosto, mas concessões mostram resiliência

O saldo da carteira de crédito total avançou 0,5% em agosto, um pouco abaixo da estimativa da Pesquisa Especial de Crédito (+0,8%). Assim, o ritmo de expansão anual desacelerou ligeiramente, de 9,3% para 9,2%, com manutenção dos sinais de arrefecimento, embora siga em patamar elevado, mesmo diante do alto nível da taxa Selic.

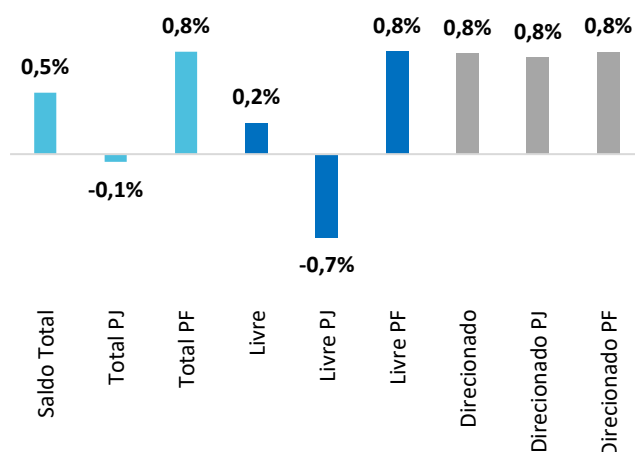
O avanço do crédito em agosto refletiu a alta da carteira destinada às famílias (+0,8%), que contou com avanços de mesma magnitude no caso dos recursos livres e direcionados (ambos +0,8%). A carteira livre foi puxada por veículos (+1,4%), cartão rotativo (+4,8%) e consignado privado (+3,6%), que segue com forte desempenho, refletindo o programa Crédito do Trabalhador. Os recursos direcionados, por sua vez, seguem impulsionados pelo bom desempenho do financiamento imobiliário (+1,1%), refletindo as mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida e a liberação do compulsório no final do ano passado. Já o crédito rural ficou praticamente estável (-0,1%), mesmo com o início do Plano Safra 2026/27, em um cenário de novo recorde da inadimplência da linha.

No acumulado em 12 meses, o ritmo de expansão da carteira PF desacelerou ligeiramente para 10,5% (ante +10,6%), com recuo nos recursos direcionados (+10,4%; ante +10,8%) e estabilidade nos recursos livres (+10,5%). Dentre as linhas, destaque para o consignado privado (+124,3%) nos recursos livres e para o imobiliário (+13,8%) entre os recursos direcionados.

Já a carteira destinada às empresas recuou 0,1% no mês, refletindo as quedas em capital de giro (-1,4%) e desconto de duplicatas e recebíveis (-2,5%) na carteira com recursos livres (-0,7%). Assim, os números sugerem continuidade do baixo dinamismo das linhas tradicionais de crédito corporativo, com exceção apenas do capital de giro de curto prazo, cujas concessões seguem elevadas. No caso do crédito Direcionado PJ, houve avanço de 0,8%, ainda com impulso dos programas governamentais destinados às MPMEs (+1,4%). Com o resultado, em 12 meses, o crescimento da carteira destinada às empresas desacelerou de 7,3% para 7,1%. Enquanto a carteira direcionada segue com alta expressiva, de 17,7% (ante 17,1%), os recursos livres voltaram a perder força, de 1,1% para apenas 0,5%.

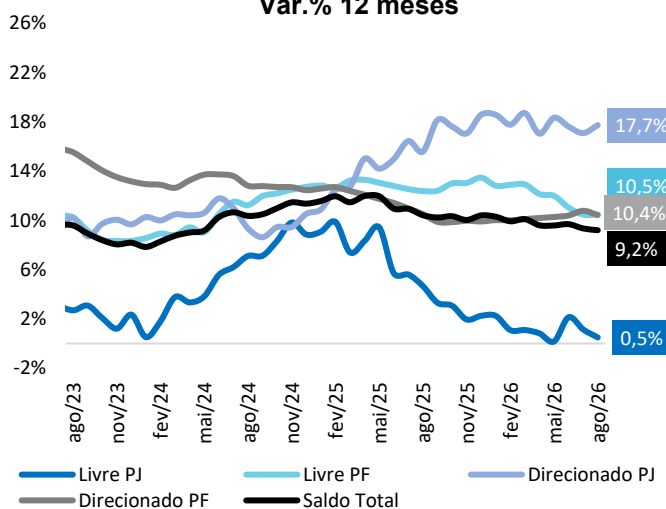
O volume total de concessões avançou 1,7% no mês de agosto, com ajuste sazonal, refletindo alta tanto para as empresas (+3,2%) como para as famílias (+0,7%). No caso das empresas, a alta veio da carteira livre (+5,2%), após números fracos em julho. As concessões direcionadas caíram 9,7% no dado dessazonalizado. No caso das famílias, o avanço foi puxado pelos recursos livres (+1,0%), enquanto as concessões direcionadas recuaram 7,5%. No acumulado de 12 meses, as concessões aceleraram de 9,9% para 10,7%, retornando ao terreno de dois dígitos e reforçando a resiliência do mercado de crédito, mesmo diante do atual cenário econômico desafiador, marcado por elevada taxa Selic e alto nível da inadimplência e do comprometimento de renda.

Quadro 12: Saldo – Var.% mensal – Ago/26



Fonte: Bacen

Quadro 13: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

A taxa média de juros subiu 0,2 p.p. no mês, para 32,3% a.a., se mantendo em patamar elevado, próximo à máxima recente (33,4% a.a. em abr/26). Na mesma linha, o spread médio também subiu em agosto (+0,3 p.p.), atingindo 21,2 p.p. Além do patamar ainda elevado da taxa Selic, o juro segue em nível alto por conta da persistente piora na percepção de risco, refletida no elevado endividamento das famílias e empresas e pressão crescente sobre a inadimplência.

A alta mensal foi puxada pela carteira PF Livre (+1,4 pp, para 61,7% a.a.), puxada pelo cartão de crédito rotativo (+8,7 pp, para 444,9% a.a.), cartão parcelado (+2,8 pp, para 192,1% a.a.) e o consignado privado (+2,4 pp, para 56,3% a.a.). Em sentido contrário, a taxa nas operações PJ Livre caiu 1,0 pp, para 24,2% a.a., influenciada pelo cartão rotativo (-26,9 pp, para 203,5% a.a.) e capital de giro com prazo inferior a 365 dias (-4,1 pp, para 23,4% a.a.).

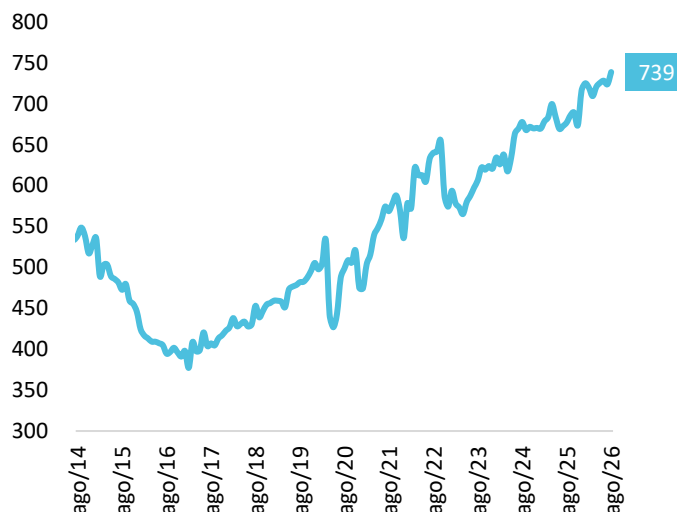
A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) subiu 0,1 p.p. em agosto, atingindo 5,0%. Importante destacar que, segundo a estimativa mais recente do BCB, cerca de 40% da alta acumulada do indicador desde dez/24 decorreu das alterações regulatórias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Isso significaria um patamar de aproximadamente 4,2% sem tais alterações, ainda assim, recorde da série.

A deterioração do indicador foi puxada pelo crédito PF (+0,2 p.p., para 6,0%), com alta tanto na carteira livre (+0,2 pp, para 8,0%) quanto na direcionada (+0,2 pp, para 3,6%). Nos recursos livres, a piora continuou concentrada nas modalidades de maior risco: cartão rotativo (+0,7 pp, para 66,2%), cartão parcelado (+0,4 pp, para 11,6%), crédito pessoal não consignado sem garantia (+0,4 pp, para 15,6%) e consignado privado (+0,6 pp, para 10,6%). Na carteira Direcionada PF, a inadimplência do crédito rural atingiu novo recorde de 9,7% (ante 8,8%). O nível de comprometimento de renda das famílias permaneceu estável em sua máxima histórica (28,7% em julho; defasado em um mês). A inadimplência do crédito PJ ficou estável no mês em 3,3%, mas com continuidade do movimento de alta nas MPMEs (+0,1 pp, para 6,0%).

Assim, o crescimento do saldo de crédito segue relativamente elevado, ainda que concentrado na carteira direcionada. Além disso, as concessões voltaram a registrar expansão de dois dígitos, demonstrando resiliência. O ponto de atenção segue sendo a deterioração dos indicadores de risco, com piora da inadimplência das linhas mais arriscadas e no crédito rural no caso das famílias e em MPMEs no caso das empresas.

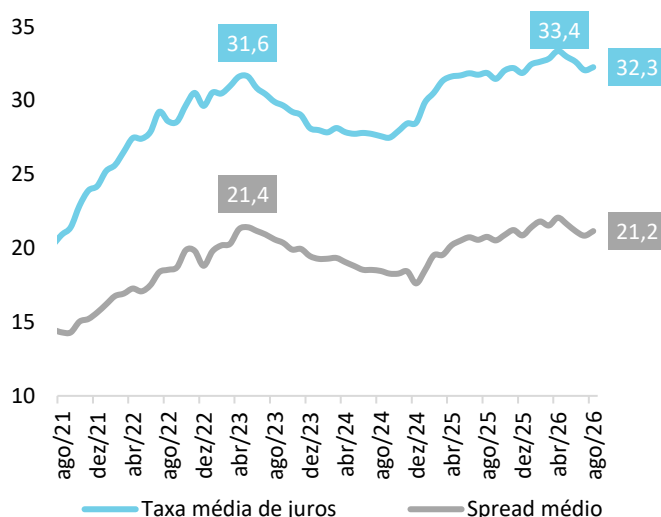
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 14: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de ago/26)



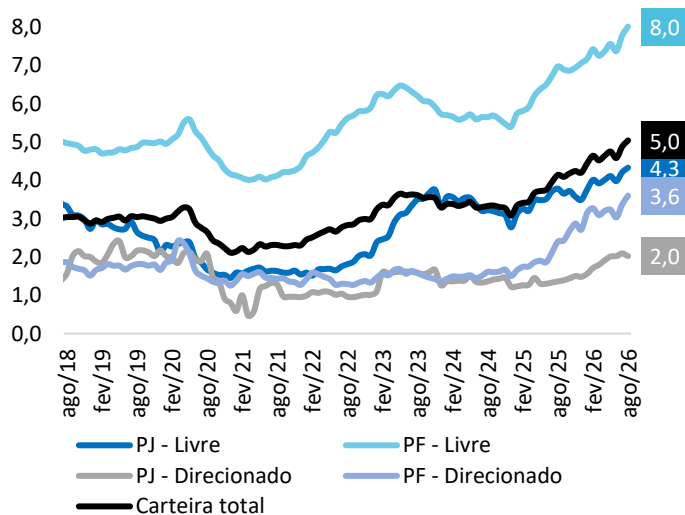
Fonte: Bacen

Quadro 15: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)



Fonte: Bacen

Quadro 16: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira



Fonte: Bacen

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

CRÉDITO / BANCOS

Crescimento esperado para o saldo de crédito total em 2026 se mantém em 8,9%

A projeção para a expansão da carteira de crédito total em 2026 permaneceu estável em 8,9% em relação ao observado na pesquisa realizada em agosto. De um lado, houve revisão para cima da expansão projetada para os recursos direcionados, compensada pela revisão para baixo na expansão esperada da carteira com recursos livres. Deste modo, as expectativas seguem apontando para uma expansão robusta do crédito no ano, com crescimento nominal de um dígito alto, em linha com o reportado pelo BC no último Relatório de Política Monetária (9,1%).

A projeção para a carteira direcionada ficou em 11,0% (ante 10,6% na pesquisa de agosto), sustentada pela elevação da expectativa para a carteira PJ, que subiu de 12,9% para 13,4%, segmento que contempla os programas governamentais para as MPMEs. Além disso, a projeção para a expansão da carteira PF também foi revisada para cima, neste caso, de 9,4% para 9,6%, em um contexto de bom crescimento do crédito imobiliário.

A projeção para a expansão da carteira livre, por sua vez, recuou para 7,1% (ante 7,3%), com expectativa de crescimento menor em ambas as aberturas: a projeção para a carteira PF saiu de 10,1% para 9,6%, enquanto a expectativa para o crédito PJ atingiu 3,5% (ante 3,9%). Tal carteira segue mostrando números mais contidos, em um contexto de juros altos, concorrência com o mercado de capitais e competição com os recursos direcionados.

Quanto à inadimplência da carteira livre, houve aumento da expectativa tanto para 2026 (de 5,8% para 6,1%) quanto para 2027 (de 5,6% para 5,9%), sinalizando continuidade das pressões sobre o indicador, diante do elevado nível de endividamento das empresas e famílias.

Para 2027, a expectativa de avanço da carteira total foi revisada ligeiramente para baixo (de 7,5% para 7,4%), puxada pela revisão negativa da carteira livre (de 6,6% para 6,4%). Por outro lado, houve estabilidade nos recursos direcionados, em 8,5%.

O Quadro 17 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

Quadro 17: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)	2026		2027	
	Pesquisa Ago/26	Pesquisa Set/26	Pesquisa Ago/26	Pesquisa Set/26
Carteira Total (var. % – total do SFN)	8,9	8,9	7,5	7,4
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	7,3	7,1	6,6	6,4
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	3,9	3,5	5,1	5,1
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	10,1	9,6	7,8	7,4
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	10,6	11,0	8,5	8,5
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	12,9	13,4	9,4	9,6
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,4	9,6	7,9	7,9
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	5,8	6,1	5,6	5,9

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

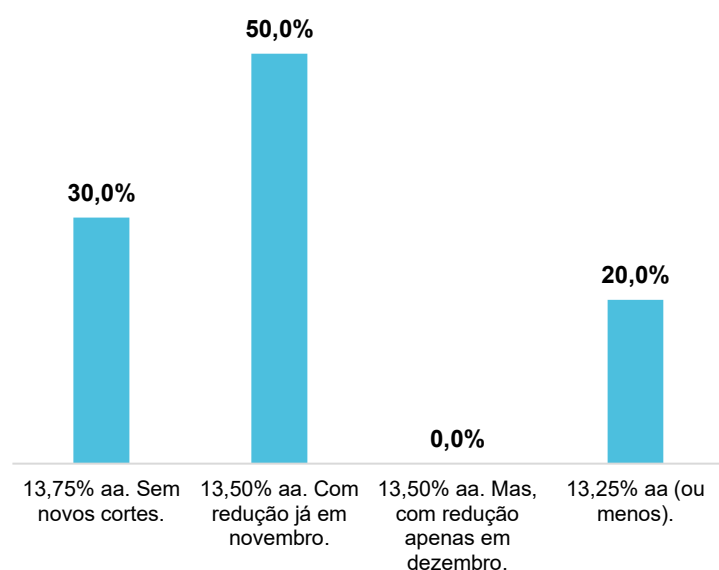
Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban foram:

- Para metade dos participantes (50,0%), a taxa Selic deve encerrar 2026 em 13,50% aa, com uma redução de 0,25 pp já na próxima reunião (novembro). O restante dos respondentes se dividem em: 30,0% que não enxerga mais cortes em 2026 e 20,0% que espera a taxa básica em 13,25% aa (ou menos) (Quadro 18).
- Assim, a mediana das projeções indica novo corte de 0,25 pp da Selic, para 13,50% aa, na reunião de novembro, com o ciclo de cortes sendo retomado a partir de março de 2027 (Quadro 19).
- As projeções de crescimento do PIB possuem viés de queda para este ano. Para 45,0% dos participantes, o PIB deve crescer abaixo do consenso atual, diante da desaceleração dos setores mais cíclicos; 40,0% ainda projetam expansão em linha com o consenso.
- Houve uma piora na percepção dos participantes quanto à inflação. Agora, somente 40,0% dos participantes espera a

inflação em torno do consenso, contra 66,7% em ago/26. Por outro lado, subiu de 19,0% para 50,0% a parcela dos que acreditam que a inflação deve ficar acima de 4,9% ao final do ano.

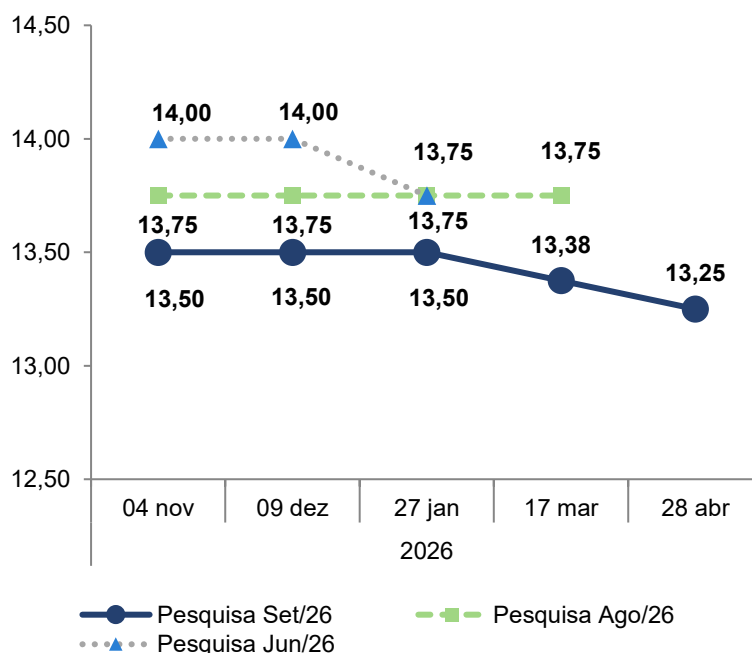
- No mercado de crédito, a maioria dos participantes (55%) ainda acreditam que o crédito deve desacelerar de modo gradual (ante 76,2% em ago/26). Por outro lado, aumentou de 19,0% para 30,0% a parcela daqueles que acreditam em uma desaceleração do crédito mais pronunciada neste fim de ano.
- Quanto à inadimplência das famílias, a percepção predominante entre os participantes (65,0%) é de que o indicador deve seguir em alta até o fim do ano (ante 38,1% em ago/26). Na contramão, diminuiu de 57,1% para 30,0% aqueles que acreditam na estabilidade do indicador no patamar atual.
- No cenário internacional, com a persistência da inflação acima da meta e a resiliência da atividade nos EUA, a grande maioria dos participantes (75,0%) aguarda nova elevação de 0,25 pp dos juros pelo Fed até o fim do ano.
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 18: Expectativa para a Selic no fim de 2026



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Quadro 19: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	02/10/2026	25/09/2026	04/09/2026	Viés	02/10/2026	25/09/2026	04/09/2026	Viés
IPCA (%)	5,01	4,99	5,00	▲	4,30	4,31	4,29	▼
PIB (% de crescimento)	1,85	1,86	1,93	▼	1,40	1,41	1,50	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,50	13,50	13,75	↔	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,28	5,30	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	02/10/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,21	0,60%	0,52%	-4,80%	-2,36%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	131,16	3,51%	7,27%	-5,30%	-3,32%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,65	-0,01%	-1,03%	-8,36%	-8,40%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,50	-0,82%	-1,64%	-2,24%	-5,90%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,04	0,60%	-3,41%	4,20%	3,72%
Índice Ibovespa (em pontos)	192.114,55	4,71%	8,28%	19,23%	33,46%
IFNC (setor financeiro)	20.790,91	6,11%	13,67%	20,21%	31,57%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,00	0,00%	6,67%	6,67%	-5,88%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,82	-0,55%	11,13%	39,91%	36,34%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	5,27	2,14%	10,96%	27,87%	29,10%
Dollar Index	101,93	0,95%	2,52%	3,76%	4,18%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.722,72	-0,27%	0,48%	11,98%	15,00%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	170,69	-2,78%	-7,94%	3,10%	13,91%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	136,82	-1,29%	-3,71%	9,23%	13,15%
Índice Euro Stoxx 50	6.238,50	-1,02%	-2,83%	7,63%	10,50%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	298,04	-5,79%	-5,70%	12,98%	28,00%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	102,25	-1,98%	13,00%	65,13%	59,49%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins